



A gênese do preconceito: uma reflexão a partir da história da África¹

The genesis of prejudice: a reflection from the discipline of history of Africa¹

Alexandre João Cachoeira

Acadêmico do Curso de História, V fase, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Santa Catarina, Brasil. Email: ale_xande30@hotmail.com.

Joel Haroldo Baade

Doutor em Teologia pela Faculdades EST. Professor da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Santa Catarina, Brasil. Email: baadejoel@gmail.com.

Resumo:

O presente artigo é uma proposta de repensar a questão do preconceito, fugindo da ideia socialmente construída ao longo dos anos, de que o preconceito se dá apenas entre diferentes povos ou crenças. A partir da análise da história da África e das múltiplas facetas da construção do pensamento social da humanidade, a pesquisa busca compreender a gênese da problemática do preconceito para estabelecer uma discussão entre o passado e o presente desta realidade. Através da observação da obra de diversos autores da história, sociologia e economia, buscou-se uma possível explicação para o ímpeto humano em diferenciar-se de seu semelhante. O estudo possibilitou a compreensão dos fenômenos sociais observados ao longo da história da humanidade e presentes até hoje, dos quais o preconceito é a principal causa, e que de muitos é ainda a consequência.

Palavras-chave: Preconceito. Discriminação. Gênese. História da África.

Abstract:

This article is a proposal to rethink the issue of prejudice, fleeing the socially constructed idea over the years, that prejudice occurs only between different peoples or beliefs. From the analysis of the history of Africa and the multiple facets of the construction of the social thought of mankind, the research seeks to understand the genesis of the issue of prejudice to establish a discussion between the past and present of this reality. Through observation of the work of many authors of history, sociology and economics, will seek a possible explanation for the human urge to differentiate yourself from your neighbor. Such a study will enable the understanding of social phenomena observed throughout the history of humanity and present today, of which prejudice is the main cause, and that of many is still the result.

Keywords: Prejudice. Genesis. Discrimination. History of Africa.

¹ O presente artigo é resultado das reflexões empreendidas na disciplina de História da África, ministrada no curso de licenciatura em História da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, em Caçador, SC, no segundo semestre de 2012.

Introdução

Ao longo do tempo, o atrito entre as raças, etnias, crenças e classes sociais continua expressivo. O que deveria ter sido extinto, segundo o pensamento positivista, juntamente com a evolução do pensamento social acabou perdurando sob novas formas. A temática tem ganhado relevância em discussões sobre os constantes atritos entre determinados blocos do ocidente capitalista e parcelas do oriente muçulmano. Além disso, a discussão sobre o preconceito foi recentemente fomentada no Brasil através das políticas públicas que estabelecem cotas para minorias nas universidades públicas.

Dessa forma, o presente artigo objetiva analisar a evolução histórica das formas de preconceito, buscando traçar a sua gênese até as formas atuais usadas por determinados grupos sociais para diferenciarem-se de outros grupos considerados inferiores. Esta análise constitui, do ponto de vista metodológico, um estudo bibliográfico, que buscou reunir autores e fontes relevantes sobre a temática na atualidade. Nesse sentido, merece destaque o importante empreendimento da UNESCO, iniciado em 1964, que concretizou a escrita de uma história da África na perspectiva dos próprios africanos. A obra é formada de oito volumes, disponíveis na íntegra para download na página do Ministério da Educação do Brasil (MEC).

Inicialmente, empreende-se uma análise conceitual do preconceito, determinando as origens do termo bem como as atitudes por ele expressas. Num segundo momento, realiza-se uma descrição das formas de preconceito entre as sociedades africanas, através do que se busca evitar a atitude estereotípica de ver no negro a vítima e no branco o culpado pela reprodução de preconceitos. Na continuidade, buscou-se estudar a influência do imperialismo europeu na África para a disseminação da ideia da superioridade branca. Além disso, foi preciso considerar e compreender os mecanismos através dos quais os preconceitos são mantidos. Por fim, reflete-se sobre a influência histórica das formas de preconceito para a construção das relações sociais na atualidade.

Definição e gênese do preconceito

Atualmente, muito se ouve falar em preconceito, em racismo e discriminação racial, no entanto, muitas vezes, não se conhece a origem de tais termos, empregando-os erroneamente em discursos e expressando mal as ideias que se pretende expor.

Segundo o Mini Dicionário Compacto da Língua Portuguesa, a palavra preconceito é definida como “opinião formada sem reflexão; convencionalismo; superstição”², ou seja, um julgamento precipitado de algo ou alguém. O preconceito em sua definição não tem caráter pejorativo, sendo que pode expressar “simpatia ou antipatia” para com o sujeito discutido.

O conceito pejorativo, porém, parte de outros termos. Quando se trata de estratificação racial, intelectual ou social de um ou mais indivíduos, o termo correto a ser usado, linguisticamente

² ROSA, Ubiratan. *Mini Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. São Paulo: Riedel, 1999. p. 383.

falando, seria "discriminação", que, por sua vez, pode ser subdividido em "racismo".

A palavra "discriminação" vem do latim *discriminatione* e seu significado faz alusão à separação, segregação³. Se discriminação significa segregação e segregação é o processo de separação de algo do meio em que está inserido, pode-se conceber que o preconceito é gerado a partir da separação dos indivíduos, seja ela ordenada por cor, credo, classe ou quaisquer outros padrões sociais.

Quando se fala em "racismo", no entanto, limita-se o campo de visão aos preconceitos criados a partir da discriminação de determinada raça, doutrinando a superioridade de certas raças sobre outras⁴. Ao julgar com diferenciação cada raça, a sociedade cria ainda mais um conceito a ser discutido. A desigualdade racial.

Segundo Albuquerque, “a desigualdade racial é uma construção social e epistemológica, em torno da qual se estrutura um sistema de poder socioeconômico, de exclusão e de exploração”⁵. Sendo assim, pode-se acrescentar o agravante de que a maior parte da opressão racial, se não ela como um todo, criada com intuito de mascarar a real problemática da diferenciação entre os povos, deve-se à supremacia do poder econômico, mesmo que extraoficialmente, acima de qualquer outro. Nota-se no gênero humano ao longo da história uma profunda necessidade de haver uma diferenciação entre indivíduos e grupos.

Para Poutignat e Streiff-Fenart,

a raça enquanto determina uma “aparência exterior” herdada e transmissível pela hereditariedade, não interessa por si só ao sociólogo. Ela só adquire uma importância sociológica quando entra na explicação do comportamento significativo dos homens uns em relação aos outros, ou seja, quando ela é sentida subjetivamente como uma característica comum e constitui por isso uma fonte da atividade comunitária. E, mesmo nesse caso, não são apenas o simples parentesco ou a simples diferença antropológicas (sempre no sentido da antropologia física) que fundam a atração ou a repulsa mútuas, mas a tomada em consideração deles como socialmente condicionada pelo estabelecimento de relações de dominação.⁶

Falar em diferenciação abre uma lacuna que sugere um aprofundamento nas reflexões. Pode-se perguntar, por exemplo, qual a razão de haver diferenciação entre seres de um mesmo gênero? A quem interessa essa diferenciação? Para responder essas questões precisa-se levar em conta que sempre que se estabelece entre os grupos uma relação de dominação, que, por sua vez, gera dominantes e dominados, estabelece-se também o atrito social, que na prática tem as mesmas características do físico, gerando entre as classes sistematizadas efeitos característicos do atrito, como o “calor” e o “desgaste”. Inicialmente, existe o “desgaste” social, a partir do qual as classes envolvidas percebem que algo na relação dominante/dominado está saindo do controle. A

³ FONTINHA, Rodrigo. *Novo dicionário etimológico da língua portuguesa*. Porto: Domingos Barreira, 1970. p. 597.

⁴ ROSA, 1999, p. 406.

⁵ ALBUQUERQUE, Carlos Vinicius Frota de. *A Eugenia e o Mito da Superioridade Racial Branca: Racismo no Brasil Moderno*. Disponível em: < <http://cienciasocialceara.blogspot.com.br/2011/06/eugenia-e-o-mito-da-superioridade.html> >. Acesso em: 10 set. 2013.

⁶ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 37.

percepção das condições adversas de convívio gera o “calor” social propício para a luta de classes, presente ao longo de toda a história da humanidade. Segundo Marx e Engels,

a história de toda a sociedade até aqui [...] é a história de lutas de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, burgueses de corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta ora aberta, uma luta que de cada vez acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta.⁷

É possível que todas as questões de diferenciação entre os grupos africanos, como o forte exemplo dos povos Bahutu e Batutsi, protagonistas do episódio genocida de Ruanda em 1994, sejam na verdade pequenos artifícios criados para mascarar a realidade por trás de toda a luta, discriminação e relações sociais, ou seja, o poder econômico.

Todo o problema da diferenciação entre os grupos, que além de econômico é agravado por conflitos de caráter ideológico, que, por sua vez, também tem embasamento em teorias arraigadas à tradição do grupo, que procuram, através de seus respectivos pontos de vista, provar, ou pelo menos sugerir a própria pureza. No entanto, é preciso compreender que todos os grupos fazem parte de um gênero humano, e que todos são oriundos da miscigenação entre outros povos ancestrais. Sendo assim, pode-se afirmar que “não existem grupos racialmente puros, mas populações que esqueceram o fato de serem originárias de uma fusão [...] tal esquecimento é essencial para fundar o sentimento de pertença comum.”⁸

Mas se hoje a história trata estas questões com tal clareza, não foi sempre assim. Como é possível que apenas estudos relativamente recentes tenham concluído que o preconceito seja fruto da exploração econômica?

Apenas há pouco tempo a história da África passou a ser escrita através da óptica de seus próprios povos. Antes da iniciativa da UNESCO, em 1964, de escrever a história do continente através de sua própria tradição oral e arqueológica, a comunidade histórica desconsiderava a necessidade de se estudar o continente, justificando-se pela ausência de fontes escritas, desvalendo-se da oralidade dos povos africanos, que mesmo sujeitando a história a algumas alterações ao longo do tempo, serviu para manter vivas as tradições de cada grupo. Com poucas fontes escritas e desconsiderando o material humano, a história da África foi escrita sob a óptica dos colonizadores⁹.

A preconceituação criada em torno da história da África arraigou-se a partir da visão nortista dos europeus, principalmente devido ao desenvolvimento mais notável das civilizações do norte da África, em torno do mediterrâneo e dos principais rios.

O preconceito entre os africanos

Há quem diga que o preconceito contra os negros surgiu da parte dos próprios negros, o

⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: “Avante!”, 1997.

⁸ POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998, p. 36.

⁹ M'BOW, M. Amadou-Mahtar. Prefácio. In: ADE, J. F. (Ed.). *História geral da África VI: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 18-24.

que é um argumento válido. Um exemplo claro de evidenciação de tal argumento foi o genocídio ocorrido em Ruanda, centro-oeste da África, em 1994, onde estima-se que cerca de 800 mil pessoas tenham morrido¹⁰. De acordo com Lugan, o território que hoje conhecemos como Ruanda começou provavelmente por ser ocupado a partir dos séculos IV-III a.C., por povos de origem banto vindos do norte, os Batutsi e os Bahutu¹¹.

Segundo Florêncio, os Bahutu espalharam a sua soberania por toda a região, mesmo a áreas que fazem hoje parte da República Democrática do Congo e de Uganda. Do ponto de vista político, organizavam-se em linhagens, *inzu* (constituídas por vários grupos familiares, *urugo*, ligados a um antepassado comum), em que cada linhagem controlava um território, tendo como chefia política o membro mais velho do grupo familiar mais antigo a ocupar esse território. Os Batutsi, ou os seus ascendentes de origem *hima*, segundo vários autores, teriam começado a chegar a esta região sensivelmente na mesma época que os Bahutu. Com os seus grandes rebanhos de vacas, começaram por se integrar na organização sociopolítica hutu, recebendo dos chefes Bahutu parcelas de terreno em regime de clientelismo. Posteriormente teriam fundado algumas chefaturas, ou até pequenos reinos¹².

Após o encontro desses grupos, seguiu-se uma série de relações sociais entre eles, que foram desde a expansão de territórios até a firmação de acordos, que acabaram resultando em vassalagem.

As divergências entre os grupos Bahutu e batutsi eram também sustentadas do ponto de vista religioso. Os Batutsi defendiam que eram originários dos céus, aliando essa crença ao fato de que o domínio econômico e territorial por parte dos Batutsi sobre os Bahutu era bem superior, começou-se a criar a segregação social responsável pela guerra civil em 1994¹³. A partir do pressuposto adotado acima, entretanto, entende-se que as divergências religiosas são mais produto de diferenciações pré-existentes do que geradores dos atritos entre os dois grupos culturais.

Este raciocínio alia-se perfeitamente ao pensamento sociológico de Pierre Bourdieu, que afirma:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuem assim [...] para a “domesticação dos dominados”.¹⁴

Ocorre algumas vezes que tais grupos são caracterizados como étnicos. Quanto a isso, Max

¹⁰ SOUSA, Rainer. O genocídio em Ruanda. Disponíveis em: <<http://guerras.brasilecola.com/seculo-xx/o-genocidio-ruanda.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

¹¹ LUGAN apud FLORÊNCIO, Fernando. Uma História de Violência sob as Brumas des Virunga. Morte e poder no Ruanda. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 21, p. 71-97, jan./set. 2011.

¹² FLORÊNCIO, Fernando. Uma História de Violência sob as Brumas des Virunga. Morte e poder no Ruanda. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 21, p. 71-97, jan./set. 2011. p. 74.

¹³ FLORÊNCIO, 2011.

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 11.

Weber ofereceu uma contribuição determinante para os estudos sociais. Segundo Weber, os grupos étnicos:

São esses grupos que alimentam uma crença subjetiva em uma comunidade de origem fundada nas semelhanças de aparência extrema ou dos costumes, ou dos dois, ou nas lembranças da colonização ou da migração, de modo que essa crença torna-se importante para a propagação da comunalização, pouco importando que uma comunidade de sangue exista ou não objetivamente.¹⁵

Segundo Poutignat e Streiff-Fenart, em Weber, haveria três contribuições significativas para a caracterização dos grupos étnicos: 1) O grupo étnico seria uma construção social cuja existência é sempre problemática; 2) A construção da identidade étnica se dá a partir da diferença; 3) O conteúdo da comunidade étnica é a crença numa honra específica¹⁶.

Nesse sentido, uma análise acurada das diferenças entre Bahutu e Batutsi certamente conduziria a uma aporia, pois a construção da diferença é resultado da própria interação dos grupos e não expressão de divergências reais. Cada grupo sente-se possuidor de uma honra especial, que alimenta o processo de diferenciação. Portanto, a afirmação da diferença étnica não pode ser tomada como ponto de partida das diferenças dos dois grupos culturais.

Segundo Poutignat e Streiff-Fenart, o nacionalismo seria um dos promotores da etnicidade e a necessidade de dois termos distintos residiria no fato de o nacionalismo ser um programa político e a etnicidade não seria um conceito político e não possuiria um conteúdo programático. O nacionalismo, nesse sentido, na busca por realizar o seu programa, procuraria identificar-se com a etnicidade, “já que ela permite que funde a nação em uma continuidade histórica e lhe forneça um sentido do ‘nós’, de uma identidade que lhe falta na exata medida em que ela é uma criação recente.”¹⁷

Mas, além de toda a tensão já criada entre esses grupos, houve ainda a ação de terceiros, que a médio e longo prazo fomentaram as divergências entre os Bahutu e Batutsi. Esses “terceiros” foram os “invasores” europeus, que a partir do século XIX começaram a colonizar a África, criando na história deste continente um período chamado Colonialismo, motivado pelo Imperialismo.

A invasão do continente africano pelos europeus trouxe consigo uma série de novidades, que aqui devem ser entendidas para além de seu conceito comumente positivo. Novidades no sentido de cultura, religião e dominação, pois milênios antes de o povo europeu dizer-se superior aos demais, justificando-se pela sua organização social e avanços científicos, o povo africano já havia evidenciado sua própria organização sócio-política desde os antigos egípcios. Segundo Abu Bakr:

Instalados inicialmente em afloramentos rochosos acima das planícies de aluvião ou em áreas mais elevadas na orla do deserto, os primeiros egípcios conseguiram clarear o terreno à sua volta tornando o próprio ao cultivo, drenar os pântanos e construir diques para servir

¹⁵ WEBER, [1921] 1971, p. 416.

¹⁶ POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998, p. 40.

¹⁷ POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 54.

de anteparo às enchentes. Pouco a pouco, descobriram as vantagens da utilização dos canais de irrigação. Tal empreendimento requeria um trabalho organizado em larga escala, o que levou ao desenvolvimento de uma estrutura política local em cada província.¹⁸

Tal colocação exemplifica a tecnologia já existente na África em cerca de 3.000 a.C, há mais de quatro milênios antes da invasão imperialista.

Entendendo-se então que boa parte das tecnologias, tanto sociais quanto materiais das quais os europeus se utilizaram, juntamente com seu conceito particular de civilização, para dizerem-se superiores aos africanos e justificarem meritocraticamente sua suposta superioridade sobre os negros já estavam presentes naquela organização social do fim do século XIX. A partir disso, pode-se compreender que a superioridade deste povo ou daquele na verdade não existe, é um conceito puramente volátil considerando a observância da história. Se a humanidade floresceu a partir do mesmo berço, no continente africano, e o ser humano concebido hoje, seja branco, negro, amarelo ou pardo, com qualquer que seja a bagagem genética ou cultural, descende dos mesmos ancestrais, como se pode então dividir uma mesma raça, a raça humana, em diversas “outras” baseando-se em conceitos criados a partir da observância de particularidades que diferem um grupo do outro? Seria a cultura um fator combustível para a diferenciação? E se fosse, não seria a igualdade de raça e cor uma questão de aprendizado?

“Vacher de Lapouge considera o homem não como um ser a parte, mas como um primata cuja característica de espécie é a de estar submetido mais à seleção social do que à seleção natural”¹⁹. Essa afirmação ajuda a sintetizar a ideia do almejo humano de ser superior a tudo. Não há no contexto atual uma seleção natural, como havia na pré-história, onde o ser humano era mais um animal buscando sobreviver em meio a uma cadeia alimentar bem definida. Hoje as selvas mudaram. O ser humano ainda é um animal em busca da sobrevivência, porém tornou-se predador de si próprio. Por mais antropofágica que soe a ideia, o homem como lobo do próprio homem (Thomas Hobbes) é uma colocação inteligente. O preconceito, ao estágio atual da pesquisa, já não pode mais ser explicado de maneira laboratorial, como algo arraigado à genética, por exemplo. Logo, pode-se inferir que um dos principais fatores para a gênese do preconceito seja o conhecido *orgulho*, que não surge de embasamentos sólidos e pautáveis, mas de crenças fúteis em conceitos voláteis de ilusória superioridade. Há sim particularidades em cada povo, crenças, cultura e religiosidade, e todos estes fatores diferenciam o ser humano, mas não o estratificam.

A influência imperialista para a disseminação da ideia de superioridade

Observando-se mais profundamente a história de Ruanda, vê-se a evidenciação de algo que assolou a África a partir do século XIX, o Imperialismo. Uma atitude de dominação das nações europeias industrializadas sobre a África e a Ásia, principalmente.

Mas o que motivou as nações europeias a “tomarem posse” da África? No século XIX, a Europa passava pela Revolução Industrial, processo que mecanizava a mão de obra, acelerando a

¹⁸ ABU BAKR, A. O Egito faraônico. In: MOKHTAR, Gamal (Ed.). **História Geral da África II**. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. p. 37.

¹⁹ POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998, p. 34.

produção de bens. Com essa explosão de mercadoria, era necessário encontrar duas coisas, matéria-prima para abastecer a indústria nascente e mercado para vender o produto. Para bem entender o que foi a Revolução Industrial e qual foi seu impacto no mundo, pode-se usar as palavras de Vicentino e Dorigo:

Tendo se originado na Inglaterra, a Revolução Industrial logo alcançou o continente e o resto do mundo, atingindo a Bélgica, a França e posteriormente a Itália, a Alemanha, a Rússia, os Estados Unidos e o Japão. A expansão industrial estimulou o imperialismo do século XIX, uma grande corrida colonial por novos mercados [...].²⁰

Impulsionados pelo ímpeto de dominar o mercado global, os invasores europeus, mascarados com uma imagem altruísta que oferecia desenvolvimento aos países africanos, invadiram aquele continente.

Como já mencionado acima, um dos piores genocídios da África foi o de Ruanda. Mas como os “colonizadores” europeus foram responsáveis pela estimulação do preconceito entre os grupos de Ruanda?

Segundo Florêncio, Ruanda foi colonizado inicialmente pelos alemães e depois pelos belgas, e isso já foi uma grande invasão cultural. Como se não bastasse, a Igreja Católica, muito influente na região e fortemente marcada pelas ideias evolucionistas da época, ainda fomentou a ideia de superioridade Tutsi.²¹ Conforme Florêncio :

este processo de tutsificação foi amplamente incentivado e mesmo idealizado pela Igreja Católica, que detinha uma enorme presença no Ruanda e uma fortíssima influência junto da administração colonial belga. Os primeiros missionários católicos a estabelecerem-se no Ruanda foram os missionários franceses, Pères Blancs, que em 1900 chegaram à corte e fundaram a missão de Save. Rapidamente os missionários desenvolveram uma rede de missões em todo o território. [...] Bastante influenciados pelas teorias evolucionistas da época, estes missionários desenvolveram toda uma teoria da superioridade racial tutsi que privilegiou profundamente este grupo, sobretudo no sistema administrativo, pois a Igreja teve forte influência na tutsificação da administração local, e no sistema educativo, que durante quase toda a colonização foi um monopólio das missões católicas.²²

Tais atitudes mostram que a Igreja Católica também foi responsável pelo massacre em Ruanda, pela apologia feita aos tutsis, apesar de ter rejeitado tal responsabilidade. Isso resultou no massacre de Ruanda em 1994, quando os outrora oprimidos Hutus, através de um golpe, tomaram o controle de Ruanda e passaram a matar os Tutsis, como forma de represália a todos os anos sob o jugo daquele grupo.

O preconceito gerado pelo Imperialismo foi baseado na ideia de superioridade dos colonizadores europeus, que se julgavam melhores do que os nativos africanos. O industrialismo e cientificismo positivista serviram de justificativas para a propagação das pretensões colonizatórias sob forma de meio para o desenvolvimento do continente africano. No entanto, para alguns intelectuais nacionalistas, o Imperialismo foi um “dilaceramento, processo pelo qual imperialismos

²⁰ VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História para o Ensino Médio*. São Paulo: Scipione, 2008. p. 289.

²¹ FLORÊNCIO, 2011, p. 76.

²² FLORÊNCIO, 2011, p. 77.

fechados a toda e a qualquer simpatia, a toda e qualquer compreensão, transtornam um universo idílico para substituí-lo por tumulto, instabilidade e incerteza.”²³

Assim, pode-se concluir que o preconceito parte, em partes, do próprio povo, que cultiva entre si uma ideia de que um grupo tem mais poder ou influência do que o outro, gerando assim uma instabilidade nas relações. Isso, fomentado por uma ação de invasão imperialista, de destruição cultural, pode muitas vezes significar um genocídio, como foi o exemplo de Ruanda, que se repetiu em tantas outras nações.

A manutenção do preconceito

O preconceito é um fenômeno mundial. Como visto anteriormente, formar pré-conceitos é próprio do ser humano. Tratando-se de História da África e do povo negro, é impossível não falar na escravidão. Segundo Aquino, “a escravidão foi conhecida pela maioria dos povos e culturas do mundo, originalmente representou a necessidade do emprego de uma mão de obra complementar que aumentasse a produtividade do trabalho [...]”²⁴

Quando se fala em mão de obra antes da Revolução Industrial, entende-se que a maioria era escrava, pois esta era parte constitutiva da estrutura social da época. Segundo Costa e Mello, “as potências europeias procuravam acumular capital, a solução para se chegar a um custo baixo de produção foi a utilização do trabalho escravo.”²⁵ Assim, produzia-se com lucro quase total, considerando que em muitas colônias vigorava o Pacto Colonial, sistema em que a colônia precisava vender matéria-prima para a metrópole com baixíssimo custo, e comprar o produto final, apenas da sua metrópole, com altos custos e taxaço de impostos. Essa exploração foi a “mina de ouro” das potências econômicas da época.

Com as grandes navegações no século XV, não tardou para que a “moda europeia pegasse”. Os primeiros povos a serem escravizados nas Américas, por exemplo, foram os indígenas, seguidos pelos negros, e hoje pelo trabalhador assalariado com péssimas condições de trabalho.

Os europeus já conheciam a África séculos antes de realizarem a “partilha” do continente. Através principalmente de associação e negociação com chefes de reinos africanos, que tinham seus prisioneiros de confrontos e dívidas, os europeus começaram o tráfico negreiro. Estes, que muitas vezes já eram escravos em sua terra de origem, permaneceram escravos em diversas partes do mundo.

A ideia da centralidade europeia povoava o imaginário social há bastante tempo. A tecnologia produzida no fim da Idade Média e no Renascimento fez com que o povo acreditasse que era superior a toda e qualquer outro grupo social. Esta crença fez com que os “colonizadores” se

²³ FIGBO, Adiele Eberechukuwu. Repercussões sociais da dominação colonial: novas estruturas sociais. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 567.

²⁴ AQUINO et al. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 113.

²⁵ COSTA, Luiz César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1999. p. 55.

julgassem no direito de invadir, saquear e subjugar qualquer cultura que diferisse da sua, partindo do pré-conceito de que o povo europeu era o povo “civilizado e evoluído”. Essa foi a justificativa para o uso da mão de obra escrava pelos conquistadores. A versão religiosa da justificação da escravidão consistia no argumento de que negros e índios não possuíam alma.

A ideia de superioridade da raça branca sobre a negra e todas as outras foi difundida durante e após a colonização europeia na África, transformando-se progressivamente de preconceito, ou seja, discurso desprovido de conhecimento, em discriminação. Talvez a maior evidência histórica desta afirmação foi o nazi-fascismo. Segundo Dorigo, “o nazi-fascismo caracterizou-se por ser um movimento essencialmente nacionalista, antidemocrático, antioperário, antiliberal e antissocialista, que se estruturou na Europa entre o fim da Primeira Guerra Mundial e o início da Segunda Guerra Mundial”.²⁶

O movimento mais violento e com mais influência até os dias de hoje foi o nazismo, estruturado na Alemanha e liderado por Adolf Hitler. Entre os ideais do nazismo estava um que movimentava a discriminação mundial até hoje, a crença pseudocientífica na Raça Ariana, que seria descendente de antigos povos indo-europeus “mais puros”.²⁷ Estima-se que, ao longo da trajetória do nazismo, tendo como ápice a Segunda Guerra Mundial, cerca de 7,5 milhões de pessoas tenham sido mortas em campos de concentração, priorizando os judeus, que tiveram sua população na Europa reduzida em cerca de 60%. Mas também não foram poupados negros, doentes considerados incuráveis, ciganos e contrários ao regime nazista.

Atualmente a discriminação no mundo se perpetua. Mesmo com o fim do nazi-fascismo, ainda há grupos extremistas que seguem doutrina parecida, priorizando o massacre de raças e crenças não condizentes com as suas. Um dos maiores exemplos destes grupos é o Ku-Klux-Klan. Segundo Junior:

Em 1865, no sul dos Estados Unidos, surgiu um grupo racista, que se vestia com roupas brancas e capuzes, montava cavalos e perseguia negros (ex-escravos, libertos na Guerra de Secessão) e seus defensores, denominado Ku-Klux-Klan. A seita era formada por jovens veteranos da Confederação Sulista (Calvin Jones, Frank McCord, Richard Reed, John Kennedy, John Lester e James Crowe) com o intuito de prolongar a fraternidade das armas, a Ku-Klux-Klan se tornou grande com o decorrer do tempo, abrangendo outros estados. O nome vem do grego “kuklos”, que significa círculo.²⁸

Grupos como este são os chamados neonazistas, que ainda hoje cultivam as filosofias dos antigos nazistas. A perseguição que a Ku-Klux-Klan empreende desde 1865 iniciou como represália ao governo norte-americano que, após a abolição da escravatura, começou a produzir leis que promoviam a igualdade racial. Segundo o ideário Ku-Klux-Klan, os negros eram, de fato, iguais, mas deveriam exercer sua “igualdade” em outros espaços. Por exemplo, todos tinham o direito ao transporte público, mas este direito deveria ser exercido de forma separada, com outros recursos, e de preferência, inferiores aos dos brancos. Apesar de aparentemente enfraquecidos, grupos

²⁶ DORIGO, 2008, p. 452.

²⁷ DORIGO, 2008.

²⁸ JÚNIOR, Demercino. *Ku Klux Klan*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiag/ku-klux-klan.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2012.

neonazistas como o Ku-Klux-Klan continuam atuando, com doutrinas que procuram “arrebanhar” mais pessoas para sua causa, por vezes tomando forma de religião²⁹.

Tal ideologia remete à África do Sul, ao ano de 1948, quando outra política de segregação racial foi oficializada. Segundo Francisco, “o *apartheid*, como ficou conhecido, pregava que apenas a minoria branca detinha todo poder político e econômico no país, enquanto à imensa maioria negra restava a obrigação de obedecer rigorosamente à legislação separatista.”³⁰

Influência do preconceito no pensamento atual

Mediante as discussões sobre como aceitar a diferença nas relações sociais, é difícil acreditar que exista uma solução para o problema do preconceito, em seu sentido pejorativo. É evidente que ainda hoje a sociedade está carregada de ideias obsoletas de superioridade racial e intelectual, pelo fato de que essa ideia sempre foi passada de geração para geração. Pais que eram adeptos do nazismo, por exemplo, passaram sua ideologia para seus filhos. Os que não souberam pensar diferente, reproduziram esta ideia na geração posterior a sua e assim por diante. O problema maior é que o ser humano está cada vez mais aprisionado e alienado, principalmente pelos meios de comunicação e seus contra valores. Tantos grilhões tornam impossível pensar por si só, sem ser influenciado por algo.

Mesmo com toda a dificuldade, talvez o caminho para a desestruturação do preconceito, seja a retirada das máscaras que encobrem hermenêutica das pessoas. Somente assim cada um poderá analisar a realidade por trás de leis que parecem beneficiar e promover a igualdade, como a lei Áurea, que aboliu a escravidão, com aparência de panaceia, mas que acabou representando a máxima do interesse econômico das grandes potências industriais. Para falar de liberdade, é necessário fazer-se livre.

Considerações finais

No presente artigo, observaram-se diferentes formas de interpretar e compreender a gênese e a perpetuação do preconceito junto ao desenvolvimento das relações humanas. Através de dados científicos, foi possível demonstrar que a discriminação não parte de explicações laboratoriais, por exemplo, mas de argumentos voláteis criados muitas vezes em épocas remotas e repassados por meio da história, da cultura e dos costumes aos atores sociais da atualidade.

Compreender o preconceito faz parte da busca antagônica, pessoal e recente do ser humano por entender onde estão aderidas as raízes da desigualdade para criar meios de combatê-la. A humanidade passou gradualmente a entender que barreiras como o preconceito, apenas dificultam a fluidez da dinâmica de relações sociais, e uma fluidez dificultada impossibilita o pleno funcionamento dos setores que, direta ou indiretamente, são por ela atingidos.

²⁹ Os ideais do grupo são propagados atualmente através da internet, seja pelas redes sociais ou através do site oficial do Ku-Klux-Klan: <<http://www.kkk.com>>.

³⁰ FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. *Apartheid*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/apartheid.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2012.

Ações imperialistas ainda hoje prejudicam o desenvolvimento de grupos, grandes ou pequenos. Os anteparos impostos pelas ideias de dominação, que agem pelos mais variados interesses classistas, ainda dificultam o acesso de todos, com equidade, aos recursos pertinentes à dignidade da vida. Logo, entende-se que acabar com o preconceito não deve partir de ações globais marcadas pelos mais variados interesses, mas de ações primariamente pessoais de rompimento paradigmático, para só então se começar a pensar soluções macro aplicáveis para esse problema, gerador de tanto atrito, e motivado por pseudoraciocínios tão fugazes, que é o preconceito.

Na edificação da liberdade, entendida como autonomia diante de mentalidades discriminatórias pré-concebidas, reconhece-se o papel essencial da educação informal e formal para a cidadania ativa. Cidadania, por sua vez, deverá cada vez mais ser compreendida em termos planetários, como pretende Edgar Morin, e não mais como simples adesão a ideias nacionais ou, o que seria pior, nacionalistas. Urge, portanto, que se eduque para a cidadania planetária, capaz de

Referências

AFIGBO, Adiele Eberechukuwu. Repercussões sociais da dominação colonial: novas estruturas sociais. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

ALBUQUERQUE, Carlos Vinicius Frota de. *A Eugenia e o Mito da Superioridade Racial Branca: Racismo no Brasil Moderno*. Disponível em: <<http://cienciasocialceara.blogspot.com.br/2011/06/eugenia-e-o-mito-da-superioridade.html>>. Acesso em: 10 set. 2013.

AQUINO et al. *Sociedade brasileira: uma história, através dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COSTA, Luiz César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1999.

FLORENCIO, Fernando. Uma História de Violência sob as Brumas des Virunga. Morte e poder no Ruanda. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 21, p. 71-97, jan./set. 2011.

FONTINHA, Rodrigo. *Novo dicionário etimológico da língua portuguesa*. Porto: Domingos Barreira, 1970.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. *Apartheid*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/apartheid.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2012.

JÚNIOR, Demercino. *Ku Klux Klan*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiag/ku-klux-klan.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2012.

M'BOW, M. Amadou-Mahtar. Prefácio. In: ADE, J. F. (Ed.). *História geral da África, VI: África*

do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010. p. 18-24.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: “Avante!”, 1997.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

ROSA, Ubiratan. *Mini Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. São Paulo: Riedel, 1999.

SOUSA, Rainer. *O genocídio em Ruanda*. Disponíveis em: <<http://guerras.brasilecola.com/seculo-xx/o-genocidio-ruanda.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História Para o Ensino Médio*. São Paulo: Scipione, 2008.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.